Processo TC-010.556/2014-1 (com 63 peças)
Tomada de Contas Especial
Recurso de Reconsideração

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator,

O recurso de reconsideração ora em exame (peças 38/9) foi interposto pelo sr. Emanuel Clementino Grangeiro, ex-prefeito de Granjeiro/CE, contra o Acórdão 5.223/2016 – 2ª Câmara, por meio do qual teve suas contas julgadas irregulares, foi condenado solidariamente em débito com a Êxodo Construtora Ltda. pela importância de R\$ 145.000,00 (data de origem: 7/7/2010) e sancionado com multa proporcional no valor de R\$ 80.000,00 (peças 26 e 33).

A irregularidade das contas e a condenação pelo valor integral transferido decorreram da inexecução parcial do objeto pactuado mediante o Convênio Inkra 26/2009 (Siconv 711702/2009), que visava à recuperação do Açude Urtiga, no Projeto de Assentamento Serra Verde (peça 1, pp. 149/63), e da não consecução dos objetivos pretendidos (peças 26/7).

De acordo com o plano de trabalho aprovado, item “Justificativa da Proposição” (peça 1, pp. 264/8):

“(…) Com a realização desta obra, pretendemos permitir e facilitar o acesso das pessoas à água mesmo após o período chuvoso, favorecendo o desenvolvimento da piscicultura, da agricultura e da pecuária, garantindo um meio econômico de sobrevivência e uma reserva de água natural para o consumo humano e animal, melhorando a qualidade de vida e dando maiores condições de sobrevivência e subsistência às famílias, cerca de 500 famílias residentes nesta localidade e adjacências. O principal objetivo da obra é garantir melhor qualidade de vida à população, inclusive através da abertura de novos postos de trabalho, pelo incremento da indústria do turismo no município e durante a execução da obra com a utilização de mão de obra local.”

Desta feita, em grau recursal, o sr. Emanuel encaminha fotografias “*para comprovar a existência dos serviços na época tidos como faltosos*” (peças 38/9).

O Ministério Público de Contas concorda com o entendimento da Secretaria de Recursos – Serur no sentido de que não há razões para afastamento do débito, visto que, nos termos da instrução à peça 61, em apertadíssima síntese:

a) para a conclusão plena do empreendimento, a prefeitura deveria ter efetuado serviços de reforma do muro de proteção e do dissipador de energia, inclusos no item relativo ao vertedouro de alvenaria de pedra, conforme memorial de cálculo (peça 1, pp. 73/7), planilha orçamentária (peça 1, pp. 89/91) e relatório de vistoria técnica (peça 2, pp. 132/6);

b) as fotografias enviadas pelo recorrente, desacompanhadas de qualquer laudo de engenharia ou de inspeção, não permitem atestar a realização dos serviços pendentes deixados pela empresa construtora;

c) o muro de proteção e o dissipador de energia correspondiam a mais de 54% do custo total da obra, alcançando um montante de R\$ 81.197,56 [peça 1, p. 91], de um valor integral de R\$ 148.952,30 previsto [recursos federais: R\$ 145.000,00, contrapartida: R\$ 3.952,30, peça 1, p. 153]. Essas estruturas são essenciais para a integridade e a segurança da barragem, conforme já indicava o relatório de vistoria do Inkra, de 24/2/2011 (peça 1, p. 195);

d) em 4/12/2012, novo relatório de vistoria do Inkra dava conta de que os trabalhos de reconstrução do muro de proteção e do dissipador de energia haviam sido iniciados, mas não tinham sido

concluídos, estando a obra totalmente paralisada há bastante tempo, levando a crer que a conveniente não faria a conclusão do objeto do convênio (peça 2, p. 136);

e) as fotografias encaminhadas pelo defendente [e individualmente examinadas na instrução à peça 61] não permitem verificar, minimamente, a realização da reforma completa do muro de proteção, conforme indicado no Relatório Fotográfico do Incra de 2012 (peça 2, p. 146), e muito menos das caixas de dissipação de energia, cujos vestígios sequer são encontrados em quaisquer materiais fotográficos juntados aos autos. A ausência de laudos de inspeção de engenharia, nesse particular, impede a referida identificação;

f) não restou comprovada a conclusão dos serviços necessários à garantia da integridade e à segurança da estrutura da barragem do açude durante o período remanescente do mandato do ex-gestor, estrutura essa que corre o risco de colapso, na hipótese de sangrias decorrentes de chuvas em excesso, devido à falta do muro de proteção e do sistema de dissipação de energia, nos moldes previstos no projeto do empreendimento;

g) como tais serviços não foram concluídos pela empresa contratada, mantida está a responsabilização pelo débito integral imputado à pessoa jurídica e ao então prefeito municipal, ora recorrente.

A unidade técnica especializada, porém, propõe o provimento parcial do apelo do sr. Emanuel, para reduzir a multa imputada aos responsáveis, com base na seguinte argumentação (peça 61, grifos no original):

“3.19. Entretanto, como o Açude Urtiga aparentemente está tendo serventia para a comunidade do Assentamento Serra Verde, vez que retém água ao menos durante o período chuvoso, pede-se vênias para submeter ao juízo de conveniência e oportunidade do Exmº Ministro Relator do recurso de reconsideração a possibilidade de redução do valor da multa imposta ao ex-alcaide e à empresa executora, considerando a funcionalidade parcial da empreitada.

CONCLUSÃO

4.1. Das análises anteriores, conclui-se não ser possível atestar a conclusão dos serviços parcialmente realizados do **muro de proteção** e do **dissipador de energia**, no item 3.0, relativo ao ‘**Vertedouro de Alvenaria de Pedra**’, relativos ao Açude Urtiga. Entretanto, devido à aparente serventia da represa para a comunidade local, com o armazenamento de água, propõe-se a redução da multa imposta aos responsáveis.”

Com as vênias de estilo, o MP de Contas opina pelo não provimento do recurso de reconsideração ora em exame.

Como visto, não há comprovação, nos autos, de que as irregularidades que deram causa à condenação foram efetivamente sanadas, quais sejam, recuperação do muro de proteção e do dissipador de energia.

Também não há prova efetiva de que o açude está, de fato, tendo serventia.

Ainda que houvesse prova da funcionalidade parcial do objeto, no caso concreto, a utilização precária da parcela executada, sem comprovação das condições de integridade e de segurança da barragem, não se prestaria a reduzir o valor do débito ou da multa indicados na deliberação recorrida (peças 26 e 33).

Demais disso, o Ministério Público de Contas destaca, à luz do que consta dos autos, que a multa aplicada guarda coerência com a gravidade dos ilícitos e com o valor atualizado do dano ao erário, não havendo, portanto, razão bastante para reduzi-la.

Brasília, em 14 de fevereiro de 2018.

Júlio Marcelo de Oliveira
Procurador